

HELDER MANUEL BENTO CORREIA
N.º 24 376

COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS.

BREVE HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

(1964-1975).



O teu irmão é da FAP e o meu é da LUAR

Mestrado de História Contemporânea

Seminário de História de Portugal

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Portimão
2000

COMITÉ
MARXISTA-LENINISTA
PORTUGUÊS.

BREVE HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
(1964-1975).

HELDER MANUEL BENTO CORREIA

COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS.

BREVE HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA (1964-1975).

Portimão
2000

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
A RUPTURA NO INTERIOR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS	7
A CONSTITUIÇÃO DA FAP E DO CM-LP (1964-1966)	11
DA REORGANIZAÇÃO AO CHAMADO «V CONGRESSO» (1966-1970)	17
1. Das prisões à 1ª Conferência (1966-1967)	17
2. Da 1ª à 2ª Conferência (1967-1968).....	19
3. Da 2ª Conferência ao «V Congresso» (1968-1970).....	21
DO «V CONGRESSO» ATÉ À DISSOLUÇÃO DO CM-LP (1970-1975)	25
1. Da “Fundação” do PCP (m-l) até ao 25 de Abril de 1974.....	25
2. De Abril a Abril (1974-1975)	26
3. Da III Conferência à Criação do PCP (reconstruído): 1975-1976	29
CONCLUSÃO	31
BIBLIOGRAFIA	33
Anexo	36

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretende-se continuar o estudo iniciado no ano transacto sobre a extrema-esquerda em Portugal. Se em relação ao trabalho anterior foram abordadas as razões que levaram à ruptura política e ideológica no campo comunista no nosso país, particularmente a cisão que originou o aparecimento de uma alternativa à esquerda do Partido Comunista Português, neste, procurou-se fazer uma breve síntese da história de uma organização, o Comité Marxista-Leninista Português.

Desta forma, centrou-se o estudo na organização que norteou todo o campo político da extrema-esquerda («maoísta»), e que desenvolveu actividades, quer no interior, quer no exterior do país, no período que vai de 1964, ano da constituição, até 1975, ano da reconstituição e da dissolução do CM-LP.

A leitura deste trabalho deve ser feita na óptica de quem produziu o discurso. Não se pretende, de forma objectiva, fazer juízos de valor nem apreciações políticas mas, tão só, mostrar o percurso político desta organização. Pretende-se, também, explicitar a lógica política subjacente a esta e a outras organizações congéneres. É um discurso mimético, de acordo com a ortodoxia marxista-leninista, actualmente designada de estalinista, em que a República Popular da China e o «Pensamento de Mao Tsé Tung» eram as referências ideológicas essenciais. A “pureza” dos princípios e a sua cientificidade são elementos recorrentes deste discurso político. Por outro lado, epítetos como «revisionismo», «esquerdismo», «trotskismo», «direitismo», «fapismo», etc., são sistematicamente empregues para combater facções dentro da organização ou para impor uma determinada linha política.

Genericamente, o que caracteriza este movimento político e outros similares que existiram em Portugal até, pelo menos, 1975, é o constante debate ideológico, a disparidade entre as resoluções políticas e a prática real e concreta, ou seja, o que preconizavam e o afastamento que tinham em relação às massas trabalhadoras que supostamente defendiam e eram a razão de ser das organizações, e ainda a estrutura organizacional. Por outro lado, há um aspecto que passa de forma sistemática e

transversal por todas as decisões políticas - a luta contra o «revisionismo», identificado com o PCP¹, com a URSS e com países por esta controlados.

Assim, o trabalho está estruturado de forma a mostrar as várias fases do movimento, da ruptura com o PCP até à constituição da FAP-CMLP, passando pelas Conferências reorganizadoras de 1967 e de 1968, pelo chamado «V Congresso» que criou o PCP (m-l), até ao período final, que vai do 25 de Abril de 1974 até aos finais de 1975.

A documentação utilizada é maioritariamente recolhida no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Provavelmente, é o local onde existe o maior espólio documental sobre a oposição ao «Estado Novo» devido às doações feitas por antigos militantes políticos, sindicais ou por simples opositores. Para além desses materiais, e devido ao conhecimento pessoal que tive com elementos do Partido de Unidade Popular (PUP) e do CM-LP², utilizo material do meu arquivo pessoal.

¹ A norma era escreverem sempre entre aspas a palavra comunista quando era referido o PCP.

² Militantes algarvios ou que viveram no Algarve entre 1974 e 1976.

A RUPTURA NO INTERIOR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A origem do chamado movimento marxista-leninista português tem início ainda no interior do PCP. Esta situação prende-se com o facto de haver no partido, inclusive no próprio Comité Central, divergências políticas que, gradualmente, foram evoluindo para divergências ideológicas.

Na base do conflito está a análise da situação política decorrente da crise de 1962 que, para alguns militantes, era considerada uma situação revolucionária a que o partido deveria ter dado uma resposta mais activa. Segundo esses militantes, estavam criadas condições objectivas para desencadear acções violentas.

A resposta do Comité Central não só não foi positiva como os militantes em causa foram sancionados. Assim, a partir de meados de 1963, Francisco Martins Rodrigues, membro do comité central e evadido da cadeia de Peniche, em 1960, juntamente com Álvaro Cunhal, encabeçará essa dissidência.

Para o PCP, o combate político far-se-ia através do «trabalho de massas». Isto significa um laborioso esforço de organização através da constituição de células e do trabalho de agitação e propaganda. Na prática, era com base nestas actividades feitas de forma paciente e minuciosa, que assentava a espinha dorsal da actividade política do partido.

Não é de estranhar que após a fuga de Peniche, Cunhal e outros dirigentes iniciaram aquilo que, no nosso entender, é uma nova reorganização do partido³. É sintomático que, antes de alterar as orientações políticas aprovadas no V Congresso de 1957⁴, esses militantes procuraram assegurar o controlo do partido⁵. Sendo a estrutura organizativa um elemento essencial, a sua importância decorre a dois níveis: por um lado, a segurança e a robustez perante a repressão policial; e, num segundo nível, assegurar o controlo das orientações políticas e ideológicas. A experiência que o PCP acumulou ao longo de

³ Esta reorganização é necessariamente diferente da de 1940-1941 mas, devido às alterações que introduz e à dinâmica que impõe, corresponde a uma nova fase na vida do PCP.

⁴ V. Comité Central, *O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, s. l., Edições Avante!, Março, 1961.

⁵ V. Idem, *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*, s. l., Edições Avante!, Dezembro, 1960.

décadas é de capital importância e, segundo nos parece, vai ser a estrutura organizativa, num primeiro momento, mais que a linha política⁶, o que vai estar em causa. Para o PCP, neste período, o trabalho organizativo é quase um fim em si. Ao aceitar entrar em acções violentas, o partido expor-se-ia à polícia, deitando por terra todo o trabalho organizativo laboriosamente feito. Daí a resistência às acções violentas e, eventualmente, armadas. A luta de massas seria mais uma forma de pressão política do que um meio de consciencializar os trabalhadores para chegar à revolução, isto segundo a lógica marxista-leninista.

Se cruzarmos esta perspectiva organizativa com a «política de unidade» defendida por Cunhal desde os anos 40, estão temos a resposta, isto é, a opção pelo trabalho de massas e pela ligação aos sectores da chamada oposição democrática.

A partir daqui há seguramente dois caminhos que, gradualmente, se tornarão irreconciliáveis.

É neste contexto que na reunião do Comité Central, de Agosto de 1963 em Moscovo, Francisco Martins Rodrigues (*Campos*) questiona a análise da situação política feita pela direcção e, conseqüentemente, a linha política do Partido. A partir daí, as posições divergem sobre as actividades a desenvolver.

No essencial, foram três as questões colocadas: a primeira, «a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada»; a segunda, «a direcção proletária da nossa revolução e a política da unidade nacional anti-fascista»; a terceira, «a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.»⁷ Estas ideias foram expressas num documento *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, feito pelo “Xico” Martins em Dezembro de 1963, e que marca a ruptura “oficial” no movimento comunista em Portugal.

⁶ A linha política de uma organização é que a define. Contudo, as orientações políticas só têm sentido se estiverem enquadradas por uma estrutura organizativa que a suporte. Ao longo do regime salazarista, a repressão exercida sobre os comunistas obrigou o PCP a desenvolver métodos de trabalho seguros. Ora, se não fosse a sua sólida estrutura organizativa o PCP não conseguiria fomentar greves e outras acções de massas. Desta forma, todas as alterações internas começam pela organização. O caso acima exposto não foge à regra. Os estudiosos que têm publicado trabalhos sobre o PCP preocupam-se sempre mais com as orientações políticas, pouco dizendo sobre a organização, pese embora a existência da imagem mítica do «Partido», como organização mais do que a sua linha política.

⁷ In Francisco Martins Rodrigues («Campos»), *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, 3ª Edição, [Lisboa], Edições Unidade Popular, 1974, p. 9.

Como resposta, o PCP elabora uma *Circular*, em Janeiro de 1964, constituída por sete pontos, onde são sumariamente expostos e sem grandes comentários ou justificações, a situação de Francisco Martins Rodrigues. Não são feitas referências objectivas sobre as acusações e menos ainda sobre as divergências a respeito da linha política do Partido, a nível nacional, «política de unidade» e «levantamento nacional», e internacional, sobre o movimento comunista e as divergências sino-soviética. Os ataques centram-se em aspectos pessoais, designadamente, ambição, desonestidade e presunção⁸.

Num modo geral, o próprio título da obra *Luta Pacífica e Luta Armada...* dá-nos de imediato uma perspectiva das divergências, colocando a discussão sobre o papel da violência na História. Assim, o livro contém, para além da *Introdução*, mais seis capítulos, a saber:

1. *Qual é o traço característico da nova fase da luta em Portugal?*
2. *Há o perigo de subestimarmos o movimento libertador das colónias.*
3. *Onde está a linha das acções de massas?*
4. *Os comunistas e a violência.*
5. *Duas vias.*
6. *O Partido caminha para uma crise?*

A maneira como Martins Rodrigues coloca a problemática é mimética em relação à forma que Lenine utilizou contra os mencheviques na discussão sobre a revolução de 1905. Até o capítulo quinto, «Duas Vias», é decalcado das *Duas Tácticas*, livro que era proposto para reedição como exemplo justificativo da “correção” da linha política alternativa.

Começando por demonstrar haver em Portugal uma «situação revolucionária» decorrente das movimentações de massas, principalmente a partir de 1961-62, e o início da guerra colonial, critica o partido pela resistência que ofereceu para realizar acções violentas. Por esse motivo, é colocado o problema do papel da violência nas transformações sociais, concluindo, numa perspectiva maniqueísta, haver duas opções em confronto: uma opção revolucionária, marxista-leninista, representada por Francisco Martins Rodrigues, e uma outra opção, não revolucionária e que se afasta dos ensinamentos do marxismo-leninismo, maioritária na direcção do partido.

⁸ Cf. Comité Marxista-Leninista Português, *A Expulsão dum Membro do Comité Central do Partido Comunista Português*, s. l., CMLP, Julho, 1964 [policopiado].

Colocada assim a questão, a ruptura era inevitável, tal como veio a acontecer.

Para concluir este ponto, parece-nos sugestivo lembrar o que Dawn Linda Raby afirmou:

«Muitos dos críticos de Cunhal poderiam ter sido extremistas, aventureiros e até infantis, mas tiveram o mérito de tocar uma questão de fundo para a qual o Partido não tinha resposta. Se, depois de defender ao longo de décadas uma linha revolucionária, o Partido não tinha iniciado a luta armada era ou porque essa linha era irrealista ou porque o Partido tinha sido incapaz de pôr em prática os princípios que proclamava.»⁹

⁹ In Dawn L. Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal. Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar (1941-1974)*, Lisboa, Edições Salamandra, 1990, p. 248.

A CONSTITUIÇÃO DA *FRENTE DE ACÇÃO POPULAR* E DO *COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS* (1964-1966)

Pela primeira vez em Portugal, surge, a partir de Janeiro de 1964, uma organização política que se situa à esquerda do PCP. É um grupo de dissidentes, dirigidos por Francisco Martins Rodrigues, João Pulido Valente e Rui D'Espina, e que vão criar uma organização política de massas - a *Frente de Acção Popular Anti-Fascista* - genericamente conhecida por «FAP»¹⁰.

Esta organização procurou responder, fundamentalmente, a duas questões. A primeira, colmatar as “necessidades” políticas decorrentes da situação revolucionária que, segundo eles, existia em Portugal, procurando introduzir uma actuação prática virada para a violência e para a luta armada¹¹. Em segundo lugar, como organização de massas, procurou reunir todos os antifascistas, comunistas ou não, que perfilhassem da ideia de revolução, ou seja, de lutar contra o fascismo e o capitalismo, pela instauração de uma democracia popular.

Neste sentido, a «preparação da insurreição» era a tarefa principal. Para isso, a criação do «exército revolucionário» e as «acções armadas» eram elementos fundamentais para a «instauração dum poder popular» em Portugal e para a concretização das «5 tarefas da revolução democrática e popular» - «Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência»¹².

Como organização unitária de massas, na FAP confluíram elementos sem uma formação política sólida. Não havia uma direcção que definisse uma orientação concreta e coordenasse o trabalho, apesar de haver um órgão de imprensa - *Acção Popular*. A FAP era mais uma resposta a um impulso revolucionário do que uma actuação consciente e organizada de oposição ao salazarismo e de alternativa ao Partido Comunista Português.

¹⁰ V. Frente de Acção Popular, *O Caminho da Insurreição Anti-Fascista e da Liberdade*, s. l., FAP, 1 de Janeiro de 1964.

¹¹ Segundo F. Martins Rodrigues, «O traço característico da nova fase da luta em Portugal [1961-1963] é o aparecimento da acção armada como forma de luta que tenderá a tornar-se cada vez mais determinante em relação a todas as outras.» In *Luta Pacífica e Luta Armada* ..., p. 15.

¹² FAP, op. cit., pp. 6-13.

O apelo à criação de Grupos de Acção Popular - «GAP's» - visava a organização de brigadas de acção armada para preparar e intervir na «insurreição popular»¹³. Para isso, foi produzido um “manual de instruções” onde estavam definidos os objectivos gerais do movimento, as condições para a constituição de grupos armados e de ingresso dos militantes, os tipos de acções a desenvolver e algumas medidas de conspiratividade.

De um modo geral, a primeira conclusão que se pode retirar é a grande influência que a revolução cubana teve sobre estes militantes, aquilo que mais tarde se apelidou de desvios «castristas» e «guevaristas», e que perdurou, praticamente, até ao 25 de Abril de 1974. Por outro lado, ao romperem com o Partido Comunista, estes militantes que reivindicavam a “orientação justa” do marxismo-leninismo, na prática não foram coerentes com os princípios que diziam defender. À chamada “degenerescência” da direcção política do proletariado, representado pelo PCP, criaram, em oposição, uma organização unitária de massas em vez de uma organização comunista para fundar ou “refundar” um novo partido comunista. Acabaram por ter uma actuação «radical de esquerda» que permite parafrasear Lenine: o «esquerdismo, doença infantil do comunismo»!

Segundo um dirigente do CM-LP/PCP (m-l),

«As teorias da FAP de que o que interessa é a “acção directa”, tiveram enorme aceitação na vanguarda operária e nas camadas da burguesia radical. A FAP, nos poucos meses da sua existência, consumiu as suas forças na preparação dos seus militantes para a acção directa (ensino de manejo de armas, compra de explosivos, etc.) e formava-os na ideia de que a principal tarefa [...] é a necessidade de “acção directa”.

Para além do «Acção Popular», os textos mais divulgados dentro da FAP eram textos sobre a luta armada do género «Paz ou Violência» ou Lenine e a insurreição [...]. A linha da “acção directa” era enaltecida sob todas as formas, era a ideia que corria na cabeça dos militantes, o guia da sua actividade – desde preparar ataques a polícias para lhes tirar armas até à compra de matérias-primas para explosivos, era nisto que se materializava a preparação política dos militantes da FAP. [...] O que ficou na cabeça dos militantes e nos sectores influenciados pela FAP foi a “linha de acção directa”, o que os preocupava era o desencadear [de] imediato [acções] de guerrilha, era repetir o que se passara em Cuba, o que se estava a passar nas colónias e no Vietname.»¹⁴

Contudo, meses mais tarde, houve uma tentativa de correcção, daquilo que veio a ser designado de desvio «fapista», com a criação do *Comité Marxista-Leninista Português*, em Abril de 1964. Eram os dirigentes que tinham conduzido o processo de

¹³ Idem, *Instruções aos Responsáveis dos Grupos de Acção Popular*, s. l., FAP, s. d..

ruptura com o PCP que, nesta fase, procuraram organizar o trabalho de massas concomitantemente com a crítica ao «revisionismo» numa hipotética base de reconstrução do partido comunista.

Aparentemente, podia parecer que estavam a entrar no “rumo certo”. Já havia uma organização comunista e também havia uma organização unitária que reuniria todos aqueles que pretendessem lutar contra o salazarismo e pela democracia popular. Passou a haver o *Revolução Popular*, órgão teórico do CM-LP¹⁵. Sendo o porta-voz do *Comité*, é onde são publicadas as bases ideológicas da corrente «maoísta» através de artigos marcantes, diria mesmo, determinantes para a individualização político-ideológica deste nova área, como, «O Abandono da Aliança Operária-Camponesa»,¹⁶ «Quatro Notas Sobre a Actualidade Política»,¹⁷ «Luta de Classes ou “Unidade de Todos os Portugueses Honrados?”»¹⁸ e «A Unidade em 1944-1949: Uma Experiência Actual»,¹⁹ onde são analisados os princípios da «política de unidade», quer através da política de alianças, quer na aplicação da «unidade antifascista» feitas pelo PCP.

Para além destes textos, há outros que têm que ver com posições de diferenciação entre os “verdadeiros” comunistas e os “traidores da classe operária”. É o caso das orientações sindicais, e um outro, sobre o problema colonial. Em relação ao primeiro, o artigo «Isolar e Aniquilar os “Sindicatos” Fascistas – Uma Tarefa Revolucionária»²⁰, não só critica a política sindical do PCP como defende uma nova orientação, a criação de sindicatos revolucionários clandestinos fora da estrutura dos «sindicatos nacionais fascistas». Em relação ao problema colonial, no artigo «Os Comunistas e a Questão Colonial (1) – Combater o Chauvinismo Imperialista é a Base duma Efectiva Solidariedade aos Povos das Colónias»²¹, é defendido o princípio de que o colonialismo português é parte integrante do sistema capitalista em Portugal. Por esse motivo, combater o colonialismo é o mesmo que combater a burguesia capitalista.

¹⁴ MENDES, «Breve Relatório Sobre a Actividade do Partido Até ao V Congresso», in *Documentos da III Conferência do CMLP*, II Vol., Lisboa, Ed. *A Verdade*, 1975, p. 46.

¹⁵ CM-LP, *Revolução Popular*, Edição Completa 1964-1965 (fac-símile), 6 Números, [Lisboa], Edições *Voz do Povo*, 1975.

¹⁶ *Ibidem*, N.º 1, Outubro, 1964, pp. 12-19.

¹⁷ *Ibid.*, N.º 2, Janeiro, 1965, pp. 35-40.

¹⁸ *Ibid.*, N.º 3, Março, 1965, pp. 63-84.

¹⁹ *Ibid.*, N.º 5, Julho, 1965, pp. 122-133.

²⁰ *Ibid.*, N.º 6, Dezembro, 1965, pp. 152-163.

²¹ *Ibid.*, N.º 6, pp. 141-150.

Finalmente, a terceira questão que levou a ruptura dos “marxistas-leninistas” com o PCP remete para «a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.» Se em relação à «luta armada» e à «direcção da revolução» os problemas residiam nas análises e nas alternativas políticas apresentadas, esta última questão significava a transposição para o nosso país das divergências no movimento comunista internacional, particularmente entre a China e a URSS. A posição do PCP de se manter fiel ao PCUS e à URSS provocou uma reacção dos que se agruparam no campo oposto. Esta solidariedade em relação à China manifestou-se em artigos do próprio CM-LP, na reprodução de jornais chineses e na distribuição de publicação do PC da China. Alguns exemplos: «O Reforçamento do Movimento Comunista Internacional»,²² «Como Surgiu a “Passagem Pacífica ao Socialismo”»,²³ «Classes Antagónicas e Luta de Classes Na União Soviética»,²⁴ para além de pequenos extractos retirados de editoriais e notícias breves.

Concluindo de forma sintética, os campos de demarcação que foram sendo criados tinham como base o seguinte pressuposto: um crítica, por vezes bastante violenta, contra o chamado «revisionismo», que se complementava na apresentação de alternativas políticas, segundo uma determinada leitura do marxismo-leninismo, reclamada de verdadeira.

Neste sentido, surge em primeiro lugar o **carácter da revolução**, definida como democrática e popular. É a recuperação algumas ideias que o próprio PCP tinha defendido no início dos anos 50²⁵. Em segundo lugar, a perspectiva da **conquista do poder**, partindo da constatação da que existia uma «situação revolucionária» em Portugal. Em terceiro lugar, a instauração de uma **ditadura do proletariado**, princípio elementar do marxismo-leninismo, do qual o PCP se teria afastado devido à «política de unidade» de A. Cunhal, consubstanciada na etapa democrática e nacional da revolução e possível transição pacífica para o socialismo. Em quarto lugar, a **direcção proletária da**

²² *Ibid.*, N.º 1, pp. 19-22.

²³ *Ibid.*, N.º 1, pp. 22-25. Extraído do *Diário do Povo*, da República Popular da China.

²⁴ *Ibid.*, N.º 2, pp. 41-47. Reprodução de dois capítulos do artigo «O Pseudo-Comunismo de Krutchev e as Lições Históricas que Ele Dá ao Mundo», in *Pekin Information*, N.º 29, 1964.

²⁵ Esta perspectiva da etapa da revolução ser democrática e popular foi defendida no CC do PCP por José Gregório mas, posteriormente, abandonada pela direcção do partido. No seguimento, dá-se o XX Congresso do PCUS em 1956 e a adaptação da linha política do PCP aos princípios declarados pelos soviéticos (1957) e que vieram a ser os adoptados pelo movimento comunista internacional.

Revolução, que pertence “por direito” ao partido comunista. O CM-LP reclama-se herdeiro do passado político do PCP até ao V Congresso de 1957. Por este motivo é que fala em reconstrução do partido comunista e não da fundação do partido²⁶. Isto representa a aceitação de que o PCP foi, desde a reorganização de Bento Gonçalves em 1929, uma «verdadeira vanguarda da classe operária». Mas, após o XX Congresso do PCUS, o «revisionismo» soviético dominou grande parte dos partidos comunistas, entre os quais o português. Apesar de ter havido aquilo a que nós designamos de «reorganização de 1960», o PCP não voltou a ser comunista, segundo os homens da FAP/CMLP. Por esse facto, a política de alianças, o princípio insurreccional do «levantamento nacional» e a questão colonial são pontos conflituais e que separaram as mundividências apresentadas por ambas as organizações.

Como estrutura organizativa, a FAP não se distinguiu do CM-LP e vice-versa. Além de serem pouco numerosos, havia, de facto, este constrangimento orgânico que limitava e impedia que o trabalho, dito comunista, tivesse um nível qualitativo diferente do trabalho de uma organização de massas. Esta confusão de estruturas conduziu também a uma confusão de papéis e a um abaixamento do nível da formação política.

«É assim que Secretariado da FAP e Direcção do CM-LP se confundem. [...] Nem tão pouco, desde o início, foi feita uma elucidação acerca da distinção entre o CM-LP e a FAP, que, na prática, em vez de se demarcarem claramente, se confundiam perigosamente. O resultado foi que havia inúmeros militantes que se consideravam comunistas, que eram apenas enquadrados na FAP e que não percebiam nem bem nem mal o que era isso de Comité.»²⁷

É neste sentido que, gradualmente, o trabalho político vai caindo na resolução das tarefas imediatas, particularmente no «interior» do país, havendo também actividades no «exterior».

O recrutamento é feito, essencialmente no meio estudantil, que é o sector mais permeável às ideias revolucionárias, passando, por isso, a ser a base de recrutamento desta e de todas as organizações que se sucedem até 1974, nesta área política.

²⁶ Esta é uma das diferenças entre o CM-LP e a EDE-MRPP, por exemplo.

²⁷ CM-LP, «1964-1968: a Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa.», in *Estrela Vermelha*, N.º 1, s. l., CM-LP, 1969, p. 18.

É neste contexto que a polícia, em finais de 1965, prende o dirigente João Pulido Valente e, no ano seguinte, praticamente decapita a organização com a prisão de Francisco Martins Rodrigues e de Rui d’Espinay²⁸.

Com estes factos, a situação da FAP/CM-LP está resolvida em termos policiais. A organização no «interior» basicamente desaparece, por incapacidade de resistência dos militantes perante a polícia, o que permitiu desmantelá-la. Contudo, no «exterior» mantiveram-se alguns núcleos que, a partir de meados de 1966, vão procurar reestruturar e reorganizar o trabalho político.

É o fim de um período marcante, diríamos mesmo, incontornável, no espectro político português durante a ditadura, e que se projecta até depois do 25 de Abril de 1975.

Permite, ainda, compreender alguns fenómenos que vão surgir durante os anos 60 e princípios de 70, nomeadamente, o aparecimento de um conjunto de organizações políticas que se reclamam do marxismo-leninismo e que se opõem radicalmente ao PCP.

Para algumas pessoas, o movimento marxista-leninista terminou nos inícios de 1966, com a prisão dos principais dirigentes, reaparecendo com o 25 de Abril de 1974. Durante oito anos teria havido um hiato político em que os grupos desenvolviam trabalho no «exterior», não desenvolvendo qualquer trabalho digno de nota junto dos trabalhadores em Portugal.

²⁸ A 25 de Outubro de 1965, é preso J. Pulido Valente. Em Janeiro de 1966, Francisco Martins Rodrigues é recapturado, para sermos mais precisos, um vez que ele, conjuntamente com outros dirigentes do PCP, incluindo Cunhal, fugiram do forte de Peniche a 3 de Janeiro de 1960. F. Martins só foi libertado a 27 de Abril de 1974. Em Fevereiro de 1966, também é preso Rui d’Espinay.

DA REORGANIZAÇÃO AO CHAMADO «V CONGRESSO» (1966-1970)

Esta segunda fase do CM-LP corresponde ao período que vai de 1966 até 1970. Isto permite dividi-la em, pelo menos, três sub-fases:

- a primeira, que decorre desde as prisões de Francisco Martins Rodrigues e de Rui d’Espinay, Janeiro-Fevereiro de 1966, até à realização da 1ª Conferência, em Fevereiro–Março de 1967;
- a segunda, que vai dessa Conferência, até à realização da 2ª Conferência da organização, em Novembro de 1968;
- a terceira sub-fase, que vai da 2ª Conferência, até à realização do chamado «V Congresso», que funda o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), em 1970 .

Há uma terceira fase a considerar nesta periodização. É aquela que corresponde ao período entre 1970 e 1975. Nesta, integram-se a «reconstituição»²⁹ do partido comunista (PCP m-l), a realização da 3ª Conferência do CM-LP (reconstituição), em Abril de 1975, e, finalmente, a dissolução da organização, em Janeiro de 1976, dando lugar ao Partido Comunista Português (reconstruído) - PCP (r)³⁰.

1. DAS PRISÕES À 1ª CONFERÊNCIA (1966-1967)

Nos finais de Janeiro de 1966, “Xico” Martins é preso em Lisboa, seguindo-se, em Fevereiro, Rui d’Espinay. Com estas prisões, juntamente com a de João Pulido Valente, a 25 de Outubro de 1965, a direcção do CM-LP desaparece. A organização é praticamente desbaratada uma vez que todos os militantes presos, excepto um, Pulido Valente, falam na prisão³¹.

²⁹ Não é feita nenhuma diferença entre os conceitos de «reconstrução» e de «reconstituição» porque, na prática, o CM-LP e, posteriormente, o próprio PCP (m-l) não o fez, usou-os indistintamente.

³⁰ Unificação com outros agrupamentos políticos - uma parte da Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa, e com a Organização para a Reorganização do Partido Comunista (marxista-leninista), num congresso realizado entre os dias 27 de Dezembro de 1975 e 5 de Janeiro de 1976. Cf. Partido Comunista Português (reconstruído), *Resolução Política*, [Lisboa], PCP (r), 1976.

³¹ Este facto é muito significativo. Desde a fundação do PCP, particularmente, a partir da reorganização de 1929 com Bento Gonçalves, que as questões de segurança foram ganhando cada vez maior importância paralelamente ao aumento da repressão. O PCP foi, ao longo de décadas, procurando desenvolver métodos de conspiratividade que, de alguma forma, protegessem os militantes e possibilitassem a concretização de

Desta forma, a organização no «interior» desaparece³², reagrupando-se no «exterior» os restantes militantes. Foi uma situação caótica. Contudo, apesar da desorientação geral, o que restou da organização, em especial o seu Secretariado, procurou efectuar uma reorganização. Para tal, em Junho de 1966, elaborou um documento³³, onde é feita uma análise do trabalho realizado, quer pela FAP, quer pelo CM-LP. São apontando os graves erros políticos e organizativos praticados, procurando superá-los através da clarificação das «actividades futuras».

É nesse período que se vão destacar duas orientações políticas para o que restava do CM-LP:

«Uma defendia mais ou menos consequentemente que se deveria dar prioridade à reconstrução do Partido pondo a FAP em segundo plano ou dissolvendo-a. Outra, embora também defendesse que a tarefa número um dos comunistas era a reconstrução do Partido, na realidade davam a prioridade ao trabalho [da] FAP ou viam a reconstrução do Partido a partir da “acção directa”».³⁴

Mesmo entre os defensores de cada uma das orientações havia divergências, o que não abonava à clarificação política e à reorganização do *Comité*. Os elementos mais destacados da direcção do CM-LP eram adeptos da corrente «fapista» que, depois de editarem o documentos *As Futuras Tarefas do CM-LP* e a *Revolução Popular N.º 7*, acabaram por serem afastados por «desvio trotskista».

Assim, a partir de Novembro de 1966, inicia-se a preparação da 1ª Conferência com uma série de reuniões preparatórias³⁵, cinco ao todo, que formulam as bases da Conferência a realizar em Fevereiro de 1967.

actividades de massas de forma regular. Foram inúmeros os casos de infiltrações policiais e de desmantelamento de células, casas e organismos partidários. Para além disso, uma das razões de ser dos comunistas era a sua conduta perante a polícia. Este era um dos aspectos da chamada “superioridade moral” dos comunistas - «antes morrer que denunciar».

Como comunistas e portadores daquilo que consideravam ser a “linha justa”, os militantes do CM-LP presos não estiveram à altura das suas responsabilidades, comprometendo toda a organização, malgrado toda a experiência acumulada.

Sobre este assunto, cf.: Fernando Gouveia, *Memórias de Um Inspector da PIDE – 1. A Organização Clandestina do PCP*, 2ª Edição, Lisboa, Delraux, 1979; CM-LP, «Algumas Questões de Segurança no Partido», in *O Novo Militante*, N.º 5, s. l., CMLP, Dezembro de 1970; e F. Martins Rodrigues, *Defesa no Tribunal Plenário (Maio de 1970)*, s. l., Socorro Vermelho Português, 1970.

³² Ficam apenas três ou quatro militantes, segundo MENDES, art., cit., p. 46.

³³ CM-LP, *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*, s. l., Edições CMLP, Junho, 1966.

³⁴ MENDES, art., cit., pp. 46-47.

³⁵ CM-LP, *Conclusões das Cinco Reuniões Ampliadas Preparatórias da 1ª Conferência do CM-LP*, s. l., CMLP, 1966. As reuniões realizaram-se a 20/11, a 26/11, a 4/12, a 11/12 e a 17/12 de 1966.

Nessa Conferência, onde estiveram presentes 13 militantes, sendo 4 deles eleitos para a Comissão Directora, foi decidido dissolver a FAP e proclamar a reconstrução do partido como a principal tarefa, pese embora o facto de, quer Pulido Valente, quer o próprio “Xico” Martins, em cartas vindas da prisão nos finais de 1966, terem defendido a continuação da FAP.

Mesmo depois destas resoluções, manteve-se alguma confusão devido à inexperiência e à limitada formação política da maioria dos militantes.

O órgão do CM-LP deixou de ser o *Revolução Popular* para passar a ser o *Proletário*.

2. DA 1ª À 2ª CONFERÊNCIA (1967-1968)

Apesar da continuação da luta política interna contra a corrente «fapista», os defensores da “acção directa” continuaram a exercer a sua influência, inspirados na experiência cubana, iniciando, inclusivamente, contactos com a LUAR³⁶.

No fundo, apesar de dissolvida a estrutura organizativa, as ideias associadas à FAP mantinham-se bem vivas. O trabalho em prol da reorganização do partido foi abandonado, tal como o do «interior» do país. Todas as actividades estavam orientadas para o trabalho junto dos emigrantes. Estes estavam mais preocupados com as poupanças de dinheiro para a compra de terrenos e da casa nas respectivas aldeias, do que na reconstrução do partido comunista e na revolução em Portugal.

Para tentar normalizar a organização foi criada uma estrutura dirigente “bicéfala”: por um lado, a Comissão Directiva ficava responsável unicamente pelas actividades no «interior»; por outro, no «exterior» era constituído um organismo, o «Corpo de Responsáveis», o qual tinha como missão controlar todo o trabalho no estrangeiro.

De imediato, a conclusão que se tira é a de que o CM-LP, como organização, é de uma grande fragilidade, quer em termos políticos, quer em termos estruturais. Tentou, com a criação de uma direcção dupla, solucionar os problemas orgânicos a nível directivo. Se já não havia unidade política dentro da organização, com esta estrutura, na prática, legítima essa confusão ideológica. A própria composição dos órgãos feita a partir

³⁶ Houve, inclusive, militantes do CM-LP que não só mantinham contactos com a LUAR, como até militavam nessa organização (dupla filiação: actividade política desenvolvida no CM-LP; actividades de acção directa na LUAR).

de um equilíbrio de forças instável, originou, necessariamente, rupturas pouco tempo depois.

Sem unidade ideológica, nem uma direcção clara, o «Corpo de Responsáveis» dissolve-se. Para além das divergências político-ideológicas, há, entre alguns militantes, profundas divergências pessoais que se vão traduzir em cisões e abandonou³⁷.

Nestas lutas intestinas, há militantes que são cooptados para a direcção sem o conhecimento da restante organização. Contudo, a “luta interna” contra o «fapismo» é desenvolvida da seguinte forma:

«Após a crise do Corpo de Responsáveis a CD resolve proceder a uma nova reestruturação em que não limpa a casa dos castristas nem passa ao combate contra eles, mas sim, em que divide os castristas por vários organismos de forma a silenciar as críticas que lhe eram dirigidas e as exigências de ir com o trabalho comunista para a frente.»³⁸

Isto significa «dividir o mal pelas aldeias» de maneira a diluí-lo. Esta decisão de “sobrevivência política”, reflecte a escassez de militantes. Mais do que afastá-los, há que mantê-los, mesmo à custa da unidade ideológica e política.

Nessa reestruturação, são criados três novos organismos: «um organismo de escola de quadros», outro para «controlar o trabalho no interior» e outro ainda para «controlar o trabalho no exterior»³⁹. Os elementos da direcção estavam repartidos pelos três organismo. Desta forma, a direcção central não funcionava. Isto representa quase um “círculo vicioso” – é uma organização que na realidade representa tão somente um grupo restrito de pessoas, fundamentalmente, estudantes ou refractários à guerra colonial.

É neste panorama de crise permanente que um organismo do CM-LP sediado na Bélgica, «Organismo Engels», elabora um documento onde é feita uma retrospectiva crítica do trabalho realizado, apontando duas vias para o futuro⁴⁰. Para além disso, é pedido pelos militantes de base a realização da 2ª Conferência.

³⁷ Esta situação vai ser uma constante na chamada extrema-esquerda maoísta. Os inúmeros grupos políticos que entre 1967 e 1974 surgem são exemplos dos problemas endémicos dessas organizações, ou seja, lutas pessoais, luta de poder, burlas, etc.

Cf. quadro n.º 1 no anexo deste trabalho.

³⁸ MENDES, art., cit., p. 49.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ CM-LP, *Só o Trabalho Comunista Pode Conduzir à Reconstrução do Partido (1)*, s. I., «Ed. do “Organismo Engels” do CM-LP», 1968. Este documento será reproduzido praticamente na íntegra no órgão teórico do CM-LP, *Estrela Vermelha N.º 1*, de Janeiro de 1969, com o título: «1964-1968: a Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa».

Depois de se terem realizado algumas reuniões preparatórias, a Conferência decorre em Novembro de 1968.

3. DA 2ª CONFERÊNCIA AO «V CONGRESSO» (1968-1970)

Estiveram presentes na Conferência onze elementos, tendo a Comissão Central sido composta por oito membros. Dessa Comissão foi eleito um Comité Executivo formado por quatro elementos.

Nessa reunião foi feito um balanço do trabalho realizado, lido o relatório sobre as actividades no «interior» e as «Conclusões» da Conferência⁴¹. Em termos organizativos,

«O que existia no interior na altura da II Conferência era extremamente pouco, dado que a anterior direcção pouco ou nada tinha feito em relação ao interior. Existia um núcleo de 6 pessoas no centro do país formado por alguns estudantes, empregados e um operário e que posteriormente (ainda antes da II Conferência) procedem a alguns recrutamentos, um deles operário rural, o outro, ou os outros, pois pensa-se que eram dois, não se sabe a origem social.»⁴²

Como se pode inferir deste extracto, o CM-LP era uma organização que “vivia” essencialmente no «exterior».

Após cada Conferência, são afastados ou expulsos alguns elementos que, por sua vez, vão formar novas organizações políticas. Aconteceu em 1967 e voltou a acontecer em 1968⁴³.

A partir da 2ª Conferência, as discussões internas centram-se à volta do caminho para a reconstrução do partido. Mesmo preso, Francisco Martins Rodrigues manteve uma grande influência sobre os militantes do CM-LP, em particular, e sobre toda a área da extrema-esquerda, em geral, malgrado o seu fraco porte na prisão. São as suas concepções acerca da reconstrução (ou reorganização) do partido que constituem o núcleo do debate político.

Fica claro na Conferência que o trabalho do CM-LP devia centrar-se no «interior» do país. O trabalho no «exterior» deveria ser apenas complementar e nunca o ponto central das actividades. Na prática, pouco se verificou, limitando-se a organização a desenvolver as tarefas correntes. Por outro lado, com o surgimento de novas organizações

⁴¹ Cf.: CM-LP, «Resoluções da 2ª Conferência do CM-LP», in *Estrela Vermelha*, N.º 1, Janeiro de 1969, pp. 5-14. Id., *Documentos Relativos à 2ª Conferência do CM-LP*, s. l., CMLP, [Novembro] 1968.

⁴² MENDES, art., cit., p. 50.

⁴³ Cf. quadro n.º 1 do anexo.

ditas marxistas-leninistas, havia a necessidade de fazer a demarcação política e ideológica⁴⁴. Era uma nova actividade em que muitas organizações “caíram”, e onde a linguagem sobre os operários era misturada com citações, por vezes exaustivas, dos «clássicos» do marxismo-leninismo e do «pensamento de Mao». Há, de facto, um apuramento ideológico que leva ao dogmatismo (por exemplo, a «pureza dos princípios», a «linha justa», etc.).

Outro problema que a 2ª Conferência não conseguiu ultrapassar e que se foi agravando foi a metodologia de trabalho. Particularmente importantes são a «falta de vida colectiva» e o respeito pelas normas de segurança⁴⁵. Exemplos: a dispersão de militantes por vários países, a falta de reuniões de direcção, as tomadas de decisão individuais, a falta de responsabilidade individual e colectiva e a rigidez na segurança⁴⁶.

Em termos de organização, são três os objectivos pretendidos: em primeiro lugar, e sempre, a ligação ao «interior»; em segundo, uma maior proletarização da organização; em terceiro lugar, a elevação do nível político dos militantes.

Apesar do esforço e de alguns resultados positivos, de um modo geral, a tendência anteriormente apontada manteve-se.

Cabe aqui referir a criação, em Outubro de 1969, da União dos Estudantes Comunista (marxistas-leninistas) – UEC(m-l) -, como resposta à criação da União dos Estudantes Comunista (UEC), fundada pelo PCP, na sequência das movimentações estudantis de 1969⁴⁷, e que tinha como órgão *Servir o Povo*⁴⁸. Vai ser nesta área, com os estudantes, que esta e outras organizações se vão desenvolver no «interior» do país. De

⁴⁴ Todas as organizações tinham, como parte fundamental do seu trabalho, que demarcar-se politicamente a dois níveis: num primeiro nível, contra o «revisonismo», personificado no PCP; num segundo nível, em relação às outras organizações de extrema-esquerda. Assim, há um inúmero manancial de brochuras, panfletos, artigos, etc., onde são expostos, quase até à exaustão, os pontos de vista críticos das respectivas organizações. É um trabalho que pode ser interessante mas de pouco significado prático uma vez que os trabalhadores estavam completamente à margem destas discussões. Além disso, é um exercício próprio de uma actividade intelectual, reflexo da origem social e profissional da maioria dos membros das organizações.

⁴⁵ MENDES, art., cit., p. 53.

⁴⁶ A rigidez nas questões de segurança reflecte-se na forma dogmática de as encarar. Este aspecto é tão significativo que mesmo depois do 25 de Abril de 1974, estas organizações continuaram a funcionar como se estivessem praticamente na clandestinidade. Os seus membros continuavam a usar pseudónimos e a fazer respeitar as regras de segurança como se estivessem sujeitos à repressão policial.

⁴⁷ O PCP, desde que acabou o MUD Juvenil, não tinha uma organização que enquadrasse o sector estudantil. É nesta altura que o Partido decide fundar a UEC, sendo o seu responsável Carlos Costa.

⁴⁸ Cf. CM-LP, *Em Frente para a Reorganização do Partido!* (Reprodução de panfletos e outros documentos do CMLP), s. I., «Ed. do Comité do Exterior do CMLP», 1970.

facto, a agitação política, particularmente a nível universitário, começa a ganhar um peso político cada vez maior devido à guerra colonial. Assim, é com base na crise académica que novos elementos surgem.

Por outro lado, a nível da imprensa, existem algumas publicações de base do CM-LP: o órgão teórico – *Estrela Vermelha*, a partir de Janeiro de 1969 –, o órgão central – *Unidade Popular*, a partir de Março de 1969 e o órgão do Comité Central – *Novo Militante*⁴⁹. Como textos de apoio e de formação teórica, são impressos os artigos e o livro de Francisco Martins Rodrigues publicados no *Revolução Popular* e a *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, respectivamente, bem como brochuras dos clássicos – Lenine, Estaline e Mao Tse Tung.

O *Unidade Popular*, como órgão de divulgação de massas, pouco mais era do que uma folha dactilografada e policopiada. Havia um artigo central, normalmente de carácter político-ideológico ou, por vezes, de demarcação em relação a outras organizações, sendo o restante espaço ocupado com notícias de circunstância ou com evocações. A periodicidade era irregular, por vezes, bastante irregular, o que dá logo uma ideia da organização interna e da capacidade de elaboração e de distribuição do jornal.

Em 1970, realizou-se o chamado «V Congresso» que pretendia reorganizar o partido comunista em Portugal.

«[...] estiveram presentes 9 pessoas: 3 operários, 6 intelectuais. Destas 9 pessoas apenas duas representavam o interior: Rudolfo a representar a UEC (m-l) e Ortigão a representar o sector operário do Sul. Ambos são intelectuais o que quer dizer que não houve um único operário a representar o interior.

O Congresso limitou-se praticamente à leitura dos informes, segundo informações de participantes, e a única discussão de interesse opôs Vilar a Rudolfo e era acerca da «Unidade Popular». Assim, Rudolfo considerava que a «Unidade Popular» devia sair **sempre primeiro** [*destacado no original*] em Portugal e só depois em Paris e Vilar achava que isso não fazia mal nenhum de sair primeiro em Paris.»⁵⁰

A própria data da realização do congresso foi mantida em segredo até Agosto de 1971, altura em que é anunciada a reconstrução do PCP (m-l) no *Unidade Popular*⁵¹. Este facto “apanhou de surpresa” os próprios militantes da organização que não suspeitavam desta situação.

⁴⁹ Nome extraído do boletim de organização do PCP *O Militante*.

⁵⁰ BEÇA, «Mais Algumas Considerações, in *Documentos da III Conferência do CMLP*, II Volume, s. I. [Lisboa], Edições *A Verdade*, 1975, p. 23.

⁵¹ V. *Unidade Popular*, N.º 10, Agosto de 1971.

A reconstrução devia ter sido feita com base nos pressupostos delineados no artigo publicado no *Estrela Vermelha* N.º 2 - «Alguns Problemas Políticos da Reorganização do Partido»⁵², o que não aconteceu. Por outro lado, alguma da eventual legitimidade que o CM-LP poderia ter junto de outras organizações similares por ter sido a primeira a ser criada após a ruptura com o PCP, perdeu-a, por descrédito. O PCP (m-l) passou a não ser “reconhecido” como uma organização comunista e foi combatido por todas as outras formações.

⁵² CM-LP, «Alguns Problemas Políticos da Reorganização do Partido», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 2, Março de 1969, pp. 9-31.

DO «V CONGRESSO» ATÉ À DISSOLUÇÃO DO CM-LP (1970-1975)

Esta terceira fase, período compreendido entre 1970 e 1975, engloba, para além da «reconstituição» PCP (m-l), a realização da 3ª Conferência do CM-LP, que dissolve o partido e reconstitui a organização de base, em Abril de 1975, e, finalmente, a extinção da organização, em Janeiro de 1976, dando lugar ao Partido Comunista Português (reconstruído) - PCP (r).

Esta é uma fase relativamente grande, comparativamente às duas anteriores, e, tal como na segunda, pode ser sub-dividida em três períodos. Assim, o primeiro período vai desde a “fundação” do PCP (m-l), até ao 25 de Abril de 1974. O segundo período, compreende um ano bastante efervescente, de Abril de 1974, até Abril de 1975. O terceiro período corresponde à fase final da organização, isto é, desde a III Conferência do CM-LP, Abril de 1975, até Dezembro-Janeiro de 1976.

I. DA “FUNDAÇÃO” DO PCP (M-L) ATÉ AO 25 DE ABRIL DE 1974

Durante este período nada de especial aconteceu. Naturalmente que nada poderia ter acontecido uma vez que a estrutura da organização manteve-se inalterada, apesar das declarações em contrário.

No «V Congresso» foram apresentados um «informe sobre a actividade da Comissão Central do CM-LP»⁵³, e outro sobre a «actividade da UEC (m-l)»⁵⁴. São aprovados os informes apresentados, bem como o «Programa Político»⁵⁵, o projecto de «Estatutos»⁵⁶ e o «Manifesto Dirigido aos Comunistas, à Classe Operária, aos Trabalhadores e à Juventude»⁵⁷.

Quanto ao programa político, este está dividido em três partes: uma parte, dedicada à análise da situação política internacional, particularmente sobre o movimento comunista internacional (afirmação da hegemonia da China no «campo socialista») e

⁵³ V. PCP(m-l), *Informe Sobre a Actividade da Comissão Central do Comité Marxista-Leninista Português*, s. l., Edições do Partido, 1971.

⁵⁴ V. UEC (m-l), *Informe Sobre a Actividade da UEC (m-l)*, s. l., Edições do Partido, 1971.

⁵⁵ PCP (m-l), *Programa Político do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)*, s. l., Edições do Partido, 1971.

⁵⁶ In *Unidade Popular*, N.º 10, Agosto de 1971, p. 1.

sobre o movimento anticolonial; outra parte, sobre a situação política nacional, onde é feita a demarcação do chamado «revisionismo»; e, finalmente, a terceira parte, sobre os objectivos concretos a serem desenvolvidos para a instauração de uma democracia popular em Portugal. É neste ponto que é definida a «política de alianças» e a «etapa da revolução» a ocorrer no nosso país – a «revolução democrático-popular, parte integrante da revolução socialista»⁵⁸.

Deste conjunto de intenções, o PCP (m-l) nada executou, procurando, apenas, com a transformação da organização em partido, tomar a dianteira em relação às outras organizações políticas congéneres. Entre todas as formações políticas havia unanimidade sobre aquilo que designavam de «traição revisionista». Assim, o CM-LP ao ter sido a organização que corporizou a ruptura com o PCP, logicamente que deveria ser ele a reconstituir o partido comunista em Portugal. Foi uma atitude de oportunidade, o que permitiu, pelo menos formalmente, obter uma maior visibilidade no espaço político da extrema-esquerda.

É também durante este período que aumenta a contestação social em Portugal, nomeadamente, a nível estudantil⁵⁹. As universidades são centros de formação política o que permite às organizações recrutarem militantes e desenvolverem actividades. A guerra colonial foi o *leitmotiv* para algumas gerações de jovens, confrontadas com um problema, inicialmente pessoal, mas que, gradualmente, se vai transformando num problema político mais alargado.

É neste contexto que germinam e sobrevivem praticamente todas as formações ditas marxistas-leninistas até ao 25 de Abril de 1974.

2. DE ABRIL A ABRIL (1974-1975)

Este é um período riquíssimo. Com o fim da ditadura, é restaurada a liberdade de expressão e de associação, e assiste-se à libertação dos presos políticos. Todas as

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 2-4.

⁵⁸ Cf. artigo sobre a etapa da revolução in *Ibid.*, N.º 24, Setembro de 1974, pp. 4-6.

⁵⁹ Sobre este assunto, cf.: Nuno Caiado, *Os Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990; Marta Benamor Duarte, «Direito à Autonomia Associativa», in *História*, Ano XX (Nova Série), N.º 4-5, Julho/Agosto, 1998, pp. 50-61; e Id., «A Crise Académica de 1969 em Lisboa e em Coimbra», in Maria Cândida Proença (coord.), *Maior de 1968: Trinta Anos Depois. Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri, 1999, pp. 197-207.

organizações políticas que desenvolviam trabalho, quer no «exterior», quer no «interior» puderam sair da clandestinidade e ver a luz do dia.

Com estas condições e com a “explosão” popular decorrente da revolução, os discursos radicais de esquerda, não obtendo um apoio e uma adesão muito significativa, tiveram, contudo, alguma expressão, em especial, junto de alguns sectores operários das cinturas industriais e, principalmente, junto de estudantes e de intelectuais. Além disso, o fim da ditadura permitiu também desenvolver acções políticas com algum significado – criação de jornais e de revistas, organização de associações de amizade, participação em associações culturais e recreativas, organização de acções políticas contra a guerra colonial, realização de comícios e de acções de agitação e de propaganda, criação de editoras, etc., etc....

Foi um período de intenso frenesim, em que as várias organizações de extrema-esquerda se combatiam, por vezes ferozmente⁶⁰. Foi um período muito intenso em que a fragilidade organizativa ficou patenteada, nomeadamente, na estruturação dos núcleos pelo país e na criação de novos núcleos. Além disso, autodenominados de marxistas-leninistas “puros”, dirigiram grande parte das suas energias nos ataques ao PCP, como «inimigo da classe operária» e «falso partido dos trabalhadores». Não tendo grande expressão, não deixavam de incomodar o partido de Cunhal por serem uma voz activa e sistemática na confrontação ideológica.

No que diz respeito ao PCP (m-l), com a legalidade, os militantes que estavam no «exterior» tiveram que regressar. É a partir deste momento, 1974, que, pela primeira vez, os membros do partido ganham consciência da dimensão da sua organização. Desta maneira, confrontados com a realidade política e partidária, vêm no partido uma estrutura extremamente débil, em que a direcção, e particularmente um dos seus membros, é posta em causa. As razões das divergências internas são um pouco anteriores ao «V Congresso». No entanto, *Vilar*, como responsável pelo trabalho no «interior» e elemento preponderante no Comité Central, teria apresentado aos restantes membros da direcção uma imagem positiva do trabalho realizado, motivando-os para a realização do

⁶⁰ Actos significativos foram as confrontações, por vezes físicas, que ocorriam em algumas faculdades entre elementos conotados com a direita e outros de extrema-esquerda, ou entre elementos de várias organizações de extrema-esquerda. É de referir também o episódio que ocorreu no final do verão de 1975, no Cais das Colunas em Lisboa, entre elementos do MRPP e da UDP, que se saldou num morto por afogamento.

congresso, isto segundo os seus acusadores. Gradualmente, *Vilar* foi tendo algum ascendente no interior dos órgãos de direcção, até que, com o 25 de Abril e a legalidade obtida, se observam as graves deficiências organizativas que o PCP (m-l) enfermava.

É assim que, em Maio de 1974, numa reunião preparatória para a realização do «VI Congresso» do PCP (m-l), as divergências se acentuam ao ponto de haver uma ruptura. De um lado, a facção liderada por *Vilar*. Do outro, uma facção cuja figura directiva era encabeçada por *Mendes*. Cada uma das partes autodenominava-se de PCP (m-l), identificando-se a facção de acordo com o líder em causa – *Mendes* ou *Vilar*.

Como fiéis marxistas-leninistas, ambas as facções criaram estruturas de massas ou organizações «frentistas»⁶¹: a facção *Mendes* criou o Partido de Unidade Popular (PUP), cujo órgão de imprensa foi o jornal *A Verdade*; a facção *Vilar* criou a Aliança Operária Camponesa (AOC), cujo órgão foi a *Voz dos Trabalhadores*. Também ambos publicavam o *Unidade Popular*,⁶² como órgão central do PCP (m-l).

Esta situação caricata levou a um cada vez maior descrédito político da ambas as facções, ficando, por esse facto, afastadas da chamada corrente “m-l” portuguesa⁶³. Esta situação agravou-se ainda mais após a eleição de um deputado «democrata-popular» para a Assembleia Constituinte, um operário da Lisnave eleito pela lista da União Democrática Popular (UDP)⁶⁴.

A partir dessa altura, a organização, quer o PCP (m-l), quer o seu apêndice PUP, começam um processo de desintegração por implosão. Não há uma orientação política, nem uma direcção que reavive a organização. Assim, aproveitando as reuniões preparatórias do «VI Congresso», a direcção decidiu dar algum significado ao trabalho realizado até àquele momento. De facto, falar da existência de um partido comunista em Portugal como alternativa ao PCP e como vanguarda do proletariado, era pura ficção. Daí até à sua dissolução, foi um pequeno passo.

É o início da III Conferência do CM-LP.

⁶¹ Seguindo as ideias de Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, em Moscovo.

⁶² Cf. CM-LP/PCP (m-l), *Unidade Popular*, 25 Números, [fac-símile], s. l., Março 1969 – Outubro 1974.

⁶³ Cf. OCMLP, *Foice e Martelo*, N.º 1, Fevereiro, 1975.

⁶⁴ O elemento da UDP eleito foi Américo Duarte que, mais tarde, foi substituído pelo cantor e membro do Grupo de Acção Cultural (GAC) Afonso Dias. A UDP, tal como a FEC (m-l), eram organizações frentistas, semelhantes ao PUP. Ambas foram criadas por organizações comunistas: a UDP, pelo CARP (m-l), pelo UR-ML e pelos CCR (m-l), enquanto a FEC (m-l) foi criada pelo OCMLP.

3. DA III CONFERÊNCIA À CRIAÇÃO DO PCP (RECONSTRUÍDO): 1975-1976

A III Conferência é, de facto, um marco histórico na organização por várias razões. Em primeiro lugar, pela tomada de consciência da situação do partido e da sua inépcia enquanto estrutura organizativa supostamente de «vanguarda da classe operária». Em segundo lugar, as actividades desenvolvidas pelo CM-LP, inicialmente, e pelo partido, depois, foram apenas actividades que decorreram no estrangeiro, não havendo uma base em Portugal que enquadrasse o PCP (m-l), o que se veio a verificar na prática com os resultados das eleições de 1975. Em terceiro lugar, este «bluff» político sofreu a concorrência de outras organizações, particularmente daquelas que ficaram reunidas à volta da UDP, e que começaram não só a disputar o espaço político como, inclusivamente, a terem alguma preponderância junto dos sectores operários. A esta situação não é alheio o facto das organizações que estão por detrás da UDP se terem unificado numa só: a Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista) – ORPC (m-l)⁶⁵, reunindo um conjunto de membros com uma formação política e intelectual mais elevada. Em quarto lugar, havia que dar algum significado a uma organização que tinha uma história importante no panorama da extrema-esquerda portuguesa, contribuindo, agora, para a unificação de todos aqueles que pertenciam à área do marxismo-leninismo.

É nesse contexto que o período de preparação da reunião magna e a III Conferência propriamente dita, é um período curto mas muito profícuo de discussão interna e de autocrítica. Toda a organização, desde os organismos superiores até aos organismos inferiores, participaram na análise e discussão do trabalho realizado, desde 1964!

Esta situação teve uma função de catarse, permitindo expurgar todos os “fantasmas” que perseguiam a organização. Ou seja, este movimento interno de auto-análise crítica deu ao renovado CM-LP uma nova dimensão, afastando o sectarismo que, normalmente, envolviam as organizações de extrema-esquerda. Houve uma grande abertura em todo o processo interno o que fez sobressair a ideia de que era necessário reconstruir o partido comunista em Portugal.

⁶⁵ Organização criada em Maio de 1975 através da unificação do CARP (m-l), da UR-ML e dos CCR (m-l). Cf. ORPC (m-l), *Por Uma Ampla Frente Anti-Fascista e Patriótica Caminho para a República Popular!*, [Lisboa], Setembro de 1975.

Por esse facto, a visão aberta que norteou a III Conferência permitiu apontar baterias para a unificação de todos os marxistas-leninistas. Os militantes do PUP e do PCP (m-l) passaram a estar incorporados no CM-LP, agora renascido das cinzas.

O CM-LP contribuiu, e muito, para a unificação dos comunistas e para a reconstrução do partido, tendo sido a organização que, em primeiro lugar, resolveu os problemas internos. Por outro lado, funcionou como elemento de agregação em relação às outras duas formações, a ORPC (m-l) e a OCMLP.

Acaba por ser algo natural a sua dissolução e a fundação dum novo partido, o PCP (r), no início de Janeiro de 1976. Os militantes de todas as organizações envolvidas passaram a integrar-se na UDP como única estrutura de massas.

CONCLUSÃO

Com este trabalho procurou-se fazer um breve historial de uma das organizações políticas que maior importância teve no panorama da extrema-esquerda portuguesa. Foi aquela que corporizou a ruptura política e ideológica com o Partido Comunista Português, daí o seu valor na génese do movimento também designado de «maoísta»⁶⁶. Além disso, demarcou, seguramente, um campo político que, ao longo de mais de trinta anos, continua vivo.

Durante este período (1964-1975), a característica dominante foram as vicissitudes ocorridas, quer em relação ao CM-LP/PCP (m-l), quer em relação a outras formações congéneres, tais como cisões, reorganizações, novas organizações, novas cisões, etc., ...

No essencial, uma questão se impõe: o que é que ficou de todo este movimento? É uma questão que pode e deve ser vista a partir da actualidade, numa perspectiva histórica.

Em primeiro lugar, esta área política foi uma escola de formação de alguns dos actuais políticos portuguesa, desde responsáveis partidários, deputados e até ministros, militaram em algumas das organizações referidas.

Em segundo lugar, o movimento iniciado em 1964 abriu uma área que nunca mais deixou de existir, independentemente da maior ou menor importância que tenha tido, ou, do eventual peso político que tenham. Foi um campo de actuação que teve e tem como suporte camadas da pequena e média burguesias, normalmente ligadas a sectores estudantis e/ou intelectuais.

Em terceiro lugar, o papel desempenhado pelo CM-LP, inicialmente, e continuado por ele e por outros, na denúncia e na confrontação ideológica directa com o PCP. São clássicos os textos de Francisco Martins Rodrigues escritos no *Revolução Popular*. Foram estes escritos que orientaram todos os militantes desta área, independentemente da sua organização política. São elementos charneira na definição desta nova corrente ideológica que tem por centro das divergências a “capitulação” da URSS no XX Congresso do PCUS. Apesar de aparentemente dar pouca importância a estes grupos políticos, Cunhal e o PCP procuraram combatê-los através da luta ideológica. Em

algumas circunstâncias, foram obrigados a introduzir alterações nas suas orientações políticas para darem resposta a alguns desafios colocados pelos «esquerdistas».

Se, por vezes, e foram muitas, os militantes da extrema-esquerda foram «infantis» nas suas posições devido ao seu sectarismo e ao seu dogmatismo, não deixaram de incomodar os dirigentes do PCP e outros, principalmente na influência que exerceram sobre os estudantes a partir da crise académica de 1969.

Hoje em dia o Bloco de Esquerda é o herdeiro deste movimento. Já sem a linguagem radical e sectária, particularmente violenta do pós 25 de Abril de 1974, continua a reunir um conjunto de militantes⁶⁷ em torno de uma plataforma política de maior consistência intelectual. Deixou os discursos produzidos a partir de palavras de ordem, para apresentar um discurso com algum rigor de linguagem, introduzindo alternativas concretas. É uma nova fase com uma nova filosofia sobre o papel das «esquerdas» em Portugal e no mundo.

⁶⁶ Pessoalmente, temos alguma relutância em utilizar esta designação uma vez que houve outras organizações políticas que não se integravam na chamada corrente marxista-leninista e que se reclamavam de «maoístas», exemplo do MRPP.

⁶⁷ A militância, tal como a vemos, não é necessariamente a de um activista enquadrado numa organização. Actualmente, muitos dos militantes de outrora desenvolvem trabalho político, não partidário, mas mantêm alguma proximidade em relação ao Bloco de Esquerda.

BIBLIOGRAFIA

Devido aos poucos e raros estudos produzidos sobre esta temática, a maior parte do material utilizado são documentos das organizações envolvidas, ou seja, fontes directas.

Assim, optou-se por referenciar esses materiais, não introduzindo qualquer divisão na bibliografia.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, *Presos Políticos no Regime Fascista V (1949-1951)*, Mem Martins, 1987, pp. 195-197.

COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS, *Documentos da III Conferência do CMLP*, 2 Volumes, s. l. [Lisboa], Edições *A Verdade*, 1975.

_____, «1964-1968: a Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 1, Janeiro de 1969, pp. 15-28.

_____, *A Expulsão dum Membro do Comité Central do Partido Comunista Português*, s. l., CMLP, Julho, 1964 [fotocopiado].

_____, *Os Interesses do Partido e da Luta Anti-Fascista Exigem a Derrota do Revisionismo*, s. l., CMLP, 20 de Outubro de 1964, [panfleto].

_____, *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*, s. l., Edições CMLP, Junho, 1966.

_____, *Revolução Popular – Órgão do Comité Marxista-Leninista Português (1964-65)*, 6 Números [Edição fac-símile], s. l., Edições *Voz do Povo*, s. d. [1975].

_____, *Revolução Popular – Órgão do Comité Marxista-Leninista Português*, N.º 7, 1966-67.

_____, «Alguns Problemas Políticos da Reorganização do Partido», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 2, Março de 1969, pp. 9-32.

_____, «Notas sobre Algumas Incompreensões da Linha Política», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 4, Dezembro de 1969, pp. 6-15.

_____, «O Oportunista “Tiago” Propõe-se Criar um Grupo Trotskista», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 5, Abril de 1970, pp. 2-29.

_____, «Cinquentenário da Fundação do Partido: a Liquidação do Partido pelos Revisionistas Não Impedirá a Marcha da Revolução», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 8, Março de 1971, pp. 3-11.

_____, «Páginas da História do Partido», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 8, Março de 1971, pp. 12-23.

_____, «Sobre uma Manobra de Diversão (Comunicado do CE do CM-LP sobre o “MRPP”», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, N.º 8, Março de 1971, pp. 23-33.

_____, *Tracemos uma Linha de Demarcação Extremamente Clara entre Marxistas-Leninistas e Revisionistas (Das Conclusões da 1ª Conferência do CMLP)*, s. l., CMLP, [1966].

_____, *Só o Trabalho Comunista Pode Conduzir à Reconstrução do Partido (1)*, s. l., «Ed. do “Organismo Engels” do CM-LP», 1968.

- _____, *Em Frente para a Reorganização do Partido!* (Reprodução de panfletos e outros documentos do CMLP), s. l., «Ed. do Comité do Exterior do CMLP», 1970.
- _____, «Refutemos a Nota da Direcção com Pretensões a Autocrítica e Exijamos a Realização da [2ª] Conferência até Outubro», s. l., s. e. [CMLP], s. d. [1968].
- _____, *Conclusões das Cinco Reuniões Ampliadas Preparatórias da 1ª Conferência do CM-LP*, s. l., CMLP, 1966.
- _____, *Na Vanguarda do Oportunismo e da Trapalhice (guia prático para melhor compreender a brochura dos “Vanguardistas”)*, s. l., Ed. Comité do Exterior do CMLP, Abril de 1969.
- _____, *Documentos Relativos à 2ª Conferência do CM-LP*, s. l., CMLP, [Novembro] 1968.
- _____, *Acerca do Afundamento do Partido Revisionista e das suas Tábuas de Salvação*, s. l., Edição do Comité Exterior do CMLP, 1970.
- _____, *Cuidado Com os “Conferencistas”!*, s. l., CMLP, 1968.
- _____, *Sobre o “Problema das Alianças”*, s. l., CMLP, 1968.
- _____, *Lutemos pela Formação do Partido Comunista Marxista Leninista de Portugal, Contra os Desvios de Direita do CM-LP*, s. l., CMLP, 1968.
- _____, «Algumas Questões de Segurança no Partido», in *O Novo Militante – Órgão Interno do CM-LP*, s. l., CMLP, N.º 5, Dezembro de 1970.
- COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS / PARTIDO COMUNISTA DE PORTUGAL (MARXISTA-LENINISTA), *Unidade Popular*, 25 Números, [Edição fac-símile], s. l., Março 1969 – Outubro 1974.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, «Extrema-Esquerda», in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (coord.), Porto, Ed. Figueirinhas, 1999, pp. 712-714.
- COSTA, Ramiro da, «O XX Congresso do PCUS e o PCP», in *Estudos Sobre o Comunismo*, N.º 3-4, Maio/Dezembro, 1984.
- _____, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2º Volume: 1930-1975, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.
- CUNHAL, Álvaro, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Avante!, 1994.
- _____, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1975.
- _____, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A Contra-Revolução Confessa-se)*, Lisboa, Edições Avante!, 1999.
- FRENTE DE ACÇÃO POPULAR, *O Caminho da Insurreição Anti-Fascista e da Liberdade*, s. l., FAP, 1 de Janeiro de 1964.
- _____, *Instruções aos Responsáveis dos Grupos de Acção Popular*, s. l., FAP, s. d. [1964].
- _____, *Acção Popular*, N.º 7, Janeiro de 1966.
- GRUPO DE BASE A «VANGUARDA» DO CM-LP, *A Luta Contra a Linha Liquidadora do “Núcleo Dirigente” Eleito na 2ª Conferência do CM-LP*, s.l., 1969.
- _____, *Fogo Contra a Direcção Traidora...*, s. l., s. e., Fevereiro de 1969.
- _____, *Dividida e Desmascarada a Comissão Central do C. M. L. P. Eleita na 2ª Conferência...*, s. l., s. e., s. d.
- _____, *As Lutas dos Revolucionários Portugueses no Interior das Prisões*, s. l., Grupo de Base «A Vanguarda», s. d. [1969].

- HOXHA, Enver, *O Imperialismo e a Revolução*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, 1978.
- MARTINS, João Paulo; LOUREIRO, Rui, «A Extrema-Esquerda em Portugal (1960-74): os Marxistas-Leninistas e os Trotskistas», in *HISTÓRIA*, N.º 17, Março, 1980, pp. 8-23.
- ORGANIZAÇÃO COMUNISTA MARXISTA-LENINISTA PORTUGUESA, *Foice e Martelo*, N.º 1, Fevereiro, 1975.
- _____, *Foice e Martelo*, N.º 2, Julho, 1975.
- PARTIDO COMUNISTA DE PORTUGAL (MARXISTA-LENINISTA), *Programa Político do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)*, s. l., Edições do Partido, 1971.
- _____, *As Questões Fundamentais do Partido no Presente - Informe do Secretariado do Comité Central apresentado por E. Vilar à 3ª Conferência do PCP (M-L)*, s. l., Edições do Partido, 1974.
- _____, *Informe Sobre a Actividade da União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas) – Comissão Executiva da UEC (m-l)*, s. l., Edições do Partido, 1971.
- _____, *Informe Sobre a Actividade da Comissão Central do Comité Marxista-Leninista Português*, s. l., Edições do Partido, 1971.
- _____, *Novo Militante*, [Lisboa], números 15, 16 e 17, 1975.
- _____, «Viva o Partido Comunista!» in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do PCP(m-l)*, N.º 9, Outubro de 1971, pp. 3-5.
- _____, «Quem São os Cisionistas (demagogia, provocação e incongruências do grupo “O Bolchevista”», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do PCP(m-l)*, N.º 9, Outubro de 1971, pp. 8-43.
- _____, «A Luta Armada Popular, as Concepções Pequeno-Burguesas e a Demagogia Cunhalista», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do PCP(m-l)*, N.º 10, Dezembro de 1971, pp. 3-16.
- _____, «Um Estado-Maior Sem Cabeça ou a Pândega dos “Bolchevistas”», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do PCP(m-l)*, N.º 10, Dezembro de 1971, pp. 16-20.
- _____, «A Guerra Colonial e a Revolução Proletária», in *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do PCP(m-l)*, N.º 13, Outubro de 1972, pp. 8-17.
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO), *Resolução Política*, [Lisboa], PCP (R), 1976.
- RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal. Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar (1941-1974)*, Lisboa, Edições Salamandra, 1990.
- «Reconstrução (A) do Partido Comunista e as Tarefas dos Marxistas-Leninistas», in *Que Fazer ? – Cadernos Marxistas-Leninistas*, N.º 3, Agosto, 1975, pp. 52-70.
- RODRIGUES, Francisco Martins (CAMPOS), *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, 3ª Edição, s. l. [Lisboa], Edições Unidade Popular, 1974.
- _____, *Defesa no Tribunal Plenário (Maio de 1970)*, s. l., Socorro Vermelho Português, 1970.
- _____, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, s. l., s. e. [Edição Militão Ribeiro], s.d. [1975; versão dactilografada].
- SILVA, Rui Ferreira da, «Maoísmo», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 546-546.

ANEXO